

**RELATÓRIO FINAL
DO III CONAD EXTRAORDINÁRIO DA ANDES-SN**

Brasília-DF, 10 e 11 de outubro de 1992

DELEGADOS

1 - ANA LUCIA BARBOSA FARIAS	ADCEFET-MG
2 - ANTONIO GUEDES RANGEL JUNIOR	ADUEPB
3 - BERENICE CORSETTI	SEDUFMS
4 - DORILDA GROLLI	APROFURG
5 - ELIAS ANTONIO JORGE	APUBH
6 - FERNANDO M. PIRES FILHO	ADUFRGS
7 - FLAVIO BEZERRA DE FARIAS	APRUMA
8 - HELIO CABRAL LIMA	ADUFERPE
9 - HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA	ADUA
10 - JOAO ZANETIC	ADUSP
11 - JOLETTE GUILHERME AMORIM	ADUNB
12 - JOSE CARLOS SILVA	ADUNIMEP
13 - JOSE RONALDO MELO	ADUFAC
14 - LAFAIETE NEVES	APUFPR
15 - LUIZ CARLOS GONCALVES LUCAS	ADUFPEL
16 - LUIZ EDUARDO FERREIRA FONTES	ASPUV
17 - MARCELO MARANHÃO	ADUFC
18 - MARIA CRISTINA DE MORAIS	ADURN
19 - MARIA DO CARMO ANDRADE DUARTE	ADUC
20 - MIGUEL ANGELO DA SILVA	ADUR-RJ
21 - PAULO VITOR MIRANDA CARRAO	APES-JF
22 - PEDRO A.P. VIEIRA	ADUFRJ
23 - RAIMUNDO PENAFORTE B. SIQUEIRA	ADUFPI
24 - RICARDO JACO DE OLIVEIRA	ADUNIR
25 - SONIA JIM	ADUFMS
26 - TANIA ELIAS MAGNO DA SILVA	ADUFS
27 - WALDIR LINS DE CASTRO	ADUFF
28 - YARA REGINA CANDELARIA DA ROCHA	ADUFES

OBSERVADORES

1 - ABRAAO GARCIA GOMES	ADUFG
2 - ADELAIDE GONÇALVES	ADUFC
3 - ALEXANDRE ANTONIO GILLI NADER	ADUFPB-JP
4 - ANTONIETA LAVORATTI	APROFURG
5 - ANTONIO CONSTANTINO DE CAMPOS	ADUR-RJ
6 - CARLOS EDUARDO MALHADO BALDIJAO	ADUSP
7 - DELCIO VIEIRA SALOMAO	APUBH
8 - DIVINO BRANDAO	ADUFG
9 - EDSON LUIZ LINDNER	ADUFRGS
10 - EDUARDO UBIRAJARA R. BATISTA	ADUFS
11 - FRANCISCO MIRAGLIA	ADUSP
12 - GERONIMO WANDERLEY MACHADO	APUFSC
13 - GISLAINE C. O. CERVENY	ADUNIMEP
14 - ISABEL LUCIA LORENTINO CONTE	ADUFPA
15 - JOSE ARCOS PEREZ	ADUFF
16 - JOSE MAURICIO MACHADO DA SILVA	APUBH
17 - LENILDA AUSTRILINO SILVA	ADUFAL
18 - MARIA ANTONIETA DALL'IGNA	ADUFPEL
19 - NILCE NAZARENO DE CAETANO	APUFPR
20 - REGINA MARIA FREITAS	ADCEFET-MG
21 - ROBERTO ELIAS	ADUFOP
22 - ROSANGELA C. MOTTA	ADUFRJ
23 - ROSANNE E. DIAS	ADUFRJ
24 - ROSEMARY CONTI	ADUFC
25 - SONIA LUCIA RODRIGUES DE LIMA	ADUFF
26 - VANDYK DA S. BATISTA	ADUA

CONVIDADOS

- 1 - MARCELO RODRIGUES MENDONÇA - ADCAC
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CAMPUS DE CATALAO
- 2 - AMADEU VALDOMAR TEIXEIRA MOTA ADUDF
- 3 - JOSE JATOBA LINS ADUDF
ASSOCIAÇÃO DOS DOC. DA ASSOC. DE ENSINO UNIFICADO DO DF

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA E INSTALAÇÃO

Às 10:40 horas, do dia 10/10/92, instalou-se o III CONAD Extraordinário da ANDES-SN, tendo sido realizada uma sessão de abertura presidida pelo Presidente da ANDES-SN, Prof. Márcio Antônio de Oliveira, com a presença do Reitor da UnB, Prof. Antônio Ibañez Ruiz, do Vice-Presidente Regional Planalto, Prof. Pedro Murrieta e do 1º Tesoureiro, Prof. Roberto Lopes de Abreu e da 3ª Secretária, Profa Ma de Fátima Costa Felix. O Presidente da ANDES-SN ressaltou a importância da realização do III CONAD Extraordinário, no momento em que se vive a situação do pós-impeachment e a necessidade já detectada no CONAD de Fortaleza, de se definir a atuação política do Sindicato para além do impeachment. Após essa abertura, falou o Vice-Presidente Regional Planalto, Prof. Pedro Murrieta, que ressaltou a qualificação do Sindicato, para avaliar e encaminhar a luta junto ao movimento organizado, no sentido da superação de posições favoráveis ao pacto social. Em seguida, o Prof. Pedro Murrieta congratulou-se com os participantes do III CONAD Extraordinário, desejando um trabalho efetivo e capaz de fortalecer o movimento. O Reitor da UnB, Prof. Antônio Ibañez Ruiz também fez uso da palavra, lembrando sua atuação junto ao sindicato e sua integração à universidade brasileira, desde os anos 60. Ressaltou esse momento de grande significado político, quando a sociedade brasileira percebe que podia dar uma resposta à crise do governo Collor. "Não podemos permitir o refluxo", disse o Prof. Ibañez, "e devemos garantir à sociedade a possibilidade de compreender o seu papel e elaborar uma proposta concreta para o país. Depois do pronunciamento do Reitor da UnB, o Prof. Márcio Antônio de Oliveira, Presidente da ANDES-SN, mais uma vez, enfatizou no seu pronunciamento a importância do III CONAD Extraordinário, para o direcionamento da ANDES-SN frente aos efeitos contraditórios do impeachment, dentro de um quadro difícil para as próprias intervenções do sindicato, dada a necessidade de dar respostas a um governo que deseja a governabilidade, que tem um ministério sem unidade ideológica e traz propostas em que demonstrou a continuidade do Governo Collor. "Queremos a LDB, não queremos a reforma fiscal, não concordamos com as privatizações de forma destruidora do patrimônio público. Temos que sair deste CONAD não só com um documento, mas com uma proposta de lutas que orientem nossa intervenção junto aos demais setores da sociedade organizada. Estou certo de que estaremos juntos para realizar essa tarefa", disse o Presidente. Desfeita a mesa de abertura, foi composta a mesa de instalação com o Presidente, 1º Tesoureiro e a 3ª Secretária, Professores Márcio Antônio de Oliveira, Roberto Abreu e Maria de Fátima Felix, respectivamente, que procederam aos trabalhos de instalação. O Prof. Márcio fez a leitura do cronograma e solicitou a sua discussão. Nesse momento o Prof. Paulo Rizzo, Vice-Presidente da ANDES-SN, propôs que no dia 11/10/92 fosse realizada uma única Plenária do Tema, sem interrupção, encerrando-se às 14:00h, seguida da Plenária de Encerramento que dever ser finalizada às 14:30h. Essa antecipação foi justificada pela necessidade de presença dos delegados da ANDES-SN na Plenária dos Servidores Públicos Federais (SPF), em curso na ocasião. A proposta do Paulo Rizzo foi aprovada por unanimidade. O Prof. Márcio propôs então a discussão do Regimento do III CONAD Extraordinário e novamente o Prof. Paulo Rizzo apresentou uma proposta, para que ele fosse aprovado em bloco, dado que , apenas uma repetição do regimento dos CONADs anteriores. A proposta foi submetida à aprovação da Plenária, que decidiu aprová-lo sem restrição, sendo apenas observada a necessidade de alterar os prazos e horários previstos no Capítulo V - Das Disposições Gerais e Finais

no artigo 33 do Regimento, dada a antecipação da Plenária de encerramento para as 14 horas do dia 11 de outubro de 1992. Após a aprovação do Regimento, foi informado o número de ADs credenciadas, que totalizavam 32. Além dessas, estão presentes convidados: 1 AD do DF com 2 convidados e 1 AD de Catalão. Feito esse informe, o Prof. Roberto Abreu, 1º Tesoureiro, foi consultado sobre o credenciamento e informou que não havia nenhum problema em relação a esse aspecto. Após esse informe, foi decidido que o prazo para o credenciamento será estendido até às 18:00h de hoje, dia 10/10/92. Com essa deliberação tomada, encerrou-se a Plenária de Abertura e Instalação. Eu, Maria de Fátima Costa Félix, 3ª Secretária, redigi a presente Ata.

ANEXOS Á ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA E INSTALAÇÃO

- REGIMENTO DO III CONAD EXTRAORDINÁRIO**
- Cronograma e Tema**

REGIMENTO DO III CONAD EXTRAORDINÁRIO

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - O III CONAD EXTRAORDINÁRIO convocado conforme o Art. 26, inciso II, do Estatuto da ANDES SINDICATO NACIONAL - ANDES-SN, reúne-se em Brasília - DF, no período de 10 e 11 de outubro de 1992.

Art. 2º - O III CONAD EXTRAORDINÁRIO é instância deliberativa intermediária da ANDES-SN, conforme o Art. 22 do Estatuto da ANDES-SN.

Art. 3º - São atribuições do III CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO da ANDES-SN, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição;

II - Implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO da ANDES-SN;

III - Regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO da ANDES-SN;

IV - Exercer as funções de Conselho Fiscal da ANDES-SN;

V - Examinar e apresentar parecer ao CONGRESSO da ANDES-SN sobre relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria;

VI - Decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

VII - Convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO da ANDES-SN;

VIII - Aplicar penalidades de advertência e suspensão aos associados da ANDES-SN, conforme o disposto no Art. 11 do Estatuto da ANDES-SN;

IX - Criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;

X - Alterar a contribuição financeira dos associados, ad referendum do CONGRESSO subsequente, e

XI - Homologar a constituição de ADS SEÇÕES SINDICAIS (ADS SSIND), ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Art. 4º - Por motivos imperiosos e justificados, o III CONAD Extraordinário pode estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5º do ESTATUTO da ANDES-SN.(Art. 24 do Estatuto)

Parágrafo 1º - As diretrizes previstas no caput desse artigo não podem contrariar deliberações de Congressos anteriores.

Parágrafo 2º - As deliberações estão sujeitas à ratificação no CONGRESSO da ANDES-SN imediatamente subsequente.

CAPÍTULO II DOS PARTICIPANTES

Art. 5º - São participantes do III CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - Um (01) Delegado de cada AD SSIND, escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral, devidamente credenciado;

II - Um (01) Delegado representativo dos sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, escolhido na forma determinada pelo CONGRESSO da ANDES-SN, devidamente credenciado;

III - Os associados da ANDES-SN, devidamente credenciados, como observadores por sua respectiva AD SSIND e pelos sindicalizados via Vice Presidentes Regionais;

IV - Os membros das Comissões Organizadora e Diretora do III CONAD EXTRAORDINÁRIO, e

V - Os convidados pelas Comissões Organizadora e Diretora do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Parágrafo Único - Os Delegados de AD SSIND e de sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, devidamente credenciados, só podem ser substituídos, durante a realização do III CONAD EXTRAORDINÁRIO, obedecidas as seguintes condições:

a - comprovar a necessidade de se ausentar, definitivamente, do III CONAD EXTRAORDINÁRIO, junto à Comissão Diretora;

b - os Suplentes de Delegados, indicados pela AD SSIND e sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, devidamente credenciados como tal e presentes no III CONAD EXTRAORDINÁRIO, e

c - cada AD SSIND e sindicalizados via Vice Presidentes Regionais só podem substituir seu Delegado uma única vez.

Art. 6º - O Presidente da ANDES-SN preside o III CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo Único - Os demais membros da Diretoria, efetivos e efetivados, da ANDES-SN participam do III CONAD EXTRAORDINÁRIO com direito a voz e sem direito a voto.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DOS ORGÃOS

Art. 7º - São órgãos do III CONAD EXTRAORDINÁRIO:

- I - Comissão Organizadora;
- II - Comissão Diretora;
- III - Grupos Mistos, e
- IV - Plenárias.

Parágrafo 1º - As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da Convocação do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Parágrafo 2º - Os demais órgãos do III CONAD EXTRAORDINÁRIO tem existência restrita ao período de realização do evento

SEÇÃO II DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 8º - A Comissão Organizadora é constituída por dois (02) representantes da Associação de Docentes da Universidade de Brasília Seção Sindical - ADUnB SSIND, e por dois (02) Diretores da ANDES-SN, indicados pela Secretaria Geral e pela 1ª Tesouraria da ANDES-SN.

Art. 9º - É de competência da Comissão Organizadora:

- I - Preparar a infraestrutura necessária à realização do III CONAD EXTRAORDINÁRIO;
- II - Organizar a sessão de abertura do III CONAD EXTRAORDINÁRIO;
- III - Responsabilizar-se pelas receitas e despesas do III CONAD EXTRAORDINÁRIO, organizando o rateio entre as ADS SSIND;
- IV - Indicar, entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora, e
- V - Realizar, juntamente com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

SEÇÃO III DA COMISSÃO DIRETORA

Art. 10 - A Comissão Diretora do III CONAD EXTRAORDINÁRIO é composta pelos Diretores da ANDES-SN, efetivos e efetivados, e por três (03) membros da Comissão Organizadora, indicados entre seus membros.

Art. 11 - É de competência da Comissão Diretora:

I - Realizar, juntamente com a Comissão Organizadora, o credenciamento dos participantes do III CONAD EXTRAORDINÁRIO;

II - Dirigir os trabalhos do III CONAD EXTRAORDINÁRIO, e

III - Deliberar sobre a substituição de Delegado, em conformidade com o Parágrafo Único do Art. 5º deste Regimento.

SEÇÃO IV DOS GRUPOS MISTOS

Art. 12 - Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados, devidamente credenciados, de ADS SSIND e de sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, com direito a voz e voto;

II - Observadores, devidamente credenciados, de ADS SSIND e sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, com direito a voz;

III - Diretores da ANDES-SN, com direito a voz;

IV - Convidados, com direito a voz, e

V - O número máximo de Delegados, por Grupo Misto, é de 20, sendo o mesmo o número máximo de Observadores.

Parágrafo Único - A Comissão Diretora encarregar-se- da distribuição dos participantes do III CONAD EXTRAORDINÁRIO pelos Grupos Mistos.

Art. 13 - Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um (01) Coordenador, um (01) Relator e um (01) Secretário, eleitos entre e pelos Delegados componentes dos mesmos.

Parágrafo Único - A qualquer momento os Delegados integrantes do Grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 14 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do III CONAD EXTRAORDINÁRIO, desde que observado o quorum de 50% mais um (01) dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 1º - Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 2º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo dar-se-á início aos trabalhos com qualquer número de Delegados presentes.

Parágrafo 3º - As deliberações só serão tomadas com a presença da maioria absoluta dos Delegados.

Art. 15 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 16 - É de competência do Relator:

I - Elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, e

II - Fazer constar do relatório, o número de votos de cada proposta submetida a deliberação.

Art. 17 - Compete ao Secretário auxiliar o Coordenador e ao Relator em suas atividades.

Art. 18 - Os Relatores dispõem de um prazo, máximo, até às 22:30 horas do dia 10 de outubro de 1992 para entregarem os relatórios dos grupos Mistos aos membros da Comissão Diretora responsáveis pela elaboração do Relatório Consolidado que ser apresentado à Plenária do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Parágrafo Único - A não observação do disposto no caput deste Artigo, implicará na ausência das deliberações do Grupo Misto no Relatório Consolidado que ser apresentado ... Plenária do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Art. 19 - Do Relatório Consolidado que será apresentado à Plenária do III CONAD EXTRAORDINÁRIO constam, necessariamente:

I - As propostas aprovadas, e

II - As propostas rejeitadas que tenham obtido no mínimo 30% dos votos dos delegados presentes no Grupo Misto.

Art. 20 - A duração das reuniões dos Grupos Mistos obedecerão, improrrogavelmente, os horários previstos no Cronograma do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

SEÇÃO V DAS PLENÁRIAS

Art. 21 - As Plenárias do III CONAD EXTRAORDINÁRIO são compostas por:

- I - Todos os Delegados de ADS SSIND e representativos dos sindicalizados via Vice Presidentes Regionais e do Presidente da ANDES-SN, com direito a voz e a voto;
- II - Todos os Observadores das ADS SSIND e representativos dos sindicalizados via VPR, devidamente credenciados, Diretores da ANDES-SN, membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz.

Art. 22 - As Plenárias são dirigidas por um Mesa Diretora composta por:

- I - Um (01) Presidente;
- II - Um (01) Vice Presidente;
- III - Um (01) Primeiro Secretário, e
- IV - Um (01) Segundo Secretário.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica, entre seus membros, os componentes das Mesas Coordenadoras.

Parágrafo 2º - A Plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, nos termos deste Regimento.

Parágrafo 3º - As deliberações observam a maioria simples dos participantes com direito a voto, presentes a cada sessão .

Art.23 - É da competência do Presidente da Mesa Coordenadora:

- I - Preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia da Sessão Plenária, e
- II - Dirigir a sessão Plenária, orientando os debates e promovendo as votações em conformidade com as normas deste Regimento.

Art. 24 - É de competência do Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

- I - Auxiliar o Presidente em suas atividades, e
- II - Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 25 - É de competência do 1º Secretário da Mesa Coordenadora:

- I - Preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia da sessão Plenária, e
- II - Elaborar o Relatório Final das deliberações da sessão Plenária

Art. 26 - É de competência do 2º Secretário da Mesa Coordenadora:

I - Auxiliar o 1º Secretário nas suas atividades, e

II - Elaborar a Ata da sessão Plenária.

Art. 27 - A verificação de quorum para o início das Plenárias será feito através de lista de presença. Da lista de presença constará o nome do Delegado, o nome da AD SSIND, assinatura e horário da assinatura.

Parágrafo 1º - As sessões Plenárias iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do III CONAD EXTRAORDINÁRIO desde que observado o quorum de 50% mais um dos Delegados credenciados.

Parágrafo 2º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início da sessão Plenária, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados credenciados.

Parágrafo 3º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto para o início da sessão Plenária, iniciar-se- a mesma com qualquer número de Delegados presentes.

Parágrafo 4º - As deliberações somente ocorrerão com a presença da maioria absoluta dos delegados credenciados.

Art. 28 - A duração das sessões Plenárias do III CONAD EXTRAORDINÁRIO obedecerá ao previsto no Cronograma do evento.

Parágrafo Único - Por deliberação da Plenária, o tempo de duração das sessões Plenárias poderá ser prorrogado.

CAPÍTULO V DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art.29 - Quando uma proposição estiver em debate nas sessões Plenárias, a palavra somente será concedida, para discutí-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 30 - A discussão de cada matéria pode ser encerrada a critério da Mesa Coordenadora, após consulta ao plenário e atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 31 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento

I - FASE DE DISCUSSÃO, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador.

II - FASE DE ENCAMINHAMENTO DAS VOTAÇÕES, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador, com encaminhamentos contra e a favor, alternadamente, em igual número.

III - FASE DE VOTAÇÃO, feita através do levantamento, pelos Delegados, do cartão de voto.

Parágrafo 1º - O aparte pode ser concedido pelo orador e o tempo utilizado ser descontado de seu tempo regimental.

Parágrafo 2º - Não , permitido a nenhum orador ceder sua vez a outro.

Parágrafo 3º - Toda deliberação ser por maioria simples dos membros com direito a voto.

Art. 32 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento terão precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - As questões de encaminhamento não serão aceitas na Fase de Encaminhamento das Votações.

Parágrafo 2º - Em regime de votação não serão aceitas questões de ordem, de encaminhamento ou de esclarecimento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 33 - As propostas de Moções oriundas de participantes do III CONAD EXTRAORDINÁRIO, de ADS SSIND ou de grupos devem ser entregues aos membros da Comissão Diretora, na Secretaria do evento, até 17 horas do dia 11 de outubro de 1992, datilografadas, com especificações de seu caráter e dos destinatários (nome completo e endereço)

Parágrafo Único - A critério do Plenário, podem ser apreciadas Moções cuja a natureza ou o conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 34 - A Diretoria da ANDES-SN tem um prazo máximo de 15 dias úteis para divulgar o relatório final do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Art. 35 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 36 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do III CONAD EXTRAORDINÁRIO.

BRASÍLIA, 10 DE OUTUBRO DE 1992

CRONOGRAMA E TEMA DO III CONAD EXTRAORDINÁRIO

TEMA Único: Conjuntura Nacional

10 de outubro de 1992

das 08:00h ...s 10:00h - Credenciamento
das 10:00h ...s 10:30h - Plenária de Instalação
das 10:30h ...s 12:30h - Plenária inicial
das 14:30h ...s 18:30h - Grupos de Trabalho

11 de outubro de 1992

das 09:00h ...s 12:00h - Plenária Tema Único
das 14:00h ...s 17:00h - Plenária Tema Único
das 17:00h ...s 17:30h - Plenária de Encerramento

ATA DA PLENÁRIA INICIAL

Aos dez dias do mês de outubro de 1992, às 11:45, no Auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB, iniciou-se a Plenária do TEMA Único - Conjuntura Nacional, do III CONAD Extraordinário da ANDES-SN. A Mesa Coordenadora dos Trabalhos foi composta pelo Prof. Paulo Rizzo, Presidente; Prof. Josevaldo Cunha, Vice-Presidente; Profa Lúcia Lodi, 1ª Secretária e Profa Maria Adélia Pinhal de Carlos, 2ª Secretária. Inicialmente o Presidente colocou o objetivo da Plenária: discussão geral para subsidiar o trabalho dos grupos mistos. Também foi colocado para a Plenária a indicação de uma Comissão para elaborar um texto final sobre o tema. A mesa sugeriu que a Comissão fosse constituída por representantes das ADs-S.Sind que enviaram contribuições ao III CONAD Extraordinário e também pela diretoria da ANDES-SN. Aprovado o encaminhamento pela Plenária, a Comissão ficou assim constituída: Profa Adelaide Gonçalves pela ADUFC, Prof. João Zanetic pela ADUSP e Professores Fátima Felix e Edmundo Dias pela Diretoria da ANDES-SN. Após, os representantes apresentaram por 5 minutos os documentos enviados ao III CONAD Extraordinário, destacando pontos importantes para análise da Plenária. A partir de então, as discussões foram abertas fazendo uso da palavra vários oradores. Às quatorze horas do dia 10 de outubro de 1992, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Plenária Inicial, da qual eu, Maria Adélia Pinhal de Carlos lavrei a presente ata.

Brasília, 10 de outubro de 1992

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA ÚNICO

1ª Parte

Aos onze dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e dois reuniu-se, no Auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília - UnB -, os Delegados, Convidados, Observadores e os membros da Diretoria da ANDES-SN na Plenária do Tema único para discussão e aprovação do texto de análise de conjuntura, cujo documento produzido foi resultado do texto apresentado pela diretoria da ANDES-SN, pelo GT de Política Sindical da ADUFC e pela ADUSP, que tiveram membros na Comissão que elaborou o texto que foi submetido a Plenária do III CONAD Extraordinário. Foram feitas duas leituras do documento. Na segunda leitura fizeram-se os destaques, parágrafo por parágrafo. O primeiro destaque apresentado dizia respeito ao fato de haver contradição entre os termos "cara-pintadas" e os "adesistas de última hora" (linha 07 da página primeira). Feita a votação o texto foi mantido por 13 votos favoráveis, 02 votos pela modificação proposta. No segundo Parágrafo da página 1 (linhas 16-18), foi apresentada a proposta de substituir "serviu de catalizador. Pediu uma manifestação verde-amarela de apoio e ganhou o luto da rejeição. Colocou nas ruas contra si o que ainda era indignação e repúdio individuais "por" polarizou contra todo o trabalho de mobilização desenvolvido pelas entidades, partidos e forças do campo popular. Cristalizou, sem querer, é claro, o seu isolamento". Aprovada a modificação com uma abstenção. No Parágrafo 3º da mesma página (linha 2ª) foi apresentada a proposta de retirar "e no aguçamento das contradições inter-burguesas". E acrescentar depois de "Collor" o termo "classe dominante". Aprovado por unanimidade. Na linha 31 do mesmo Parágrafo foi proposto substituir "frente a frente" por "lado a lado". Aprovado por unanimidade. No 5º Parágrafo da mesma página (linha 53) foi proposto substituir o trecho "apesar disso... exercer" por "diante disso, a parcela combativa do movimento social organizado trabalha para fazer com que a população escape do controle que a mídia tenta exercer." Aprovado com 01 voto contrário. No primeiro Parágrafo da página 02 (linha 04) foi proposto substituir "ficou a certeza" por "parcela". Aprovado com apenas 01 voto contrário. Na linha 7 do mesmo Parágrafo foi proposto a substituição de "parcela" por "parecendo" e na linha 9 "de que nada mudaria" por "de que nada mudou". Aprovado com apenas 01 voto contrário. No terceiro Parágrafo (linha 33) foi proposto suprimir o termo "ou não". Aprovado por unanimidade. Anteriormente na linha 28 foi proposto suprimir "no entanto, outros políticos". Rejeitada com apenas 09 votos favoráveis, uma abstenção, os demais pela manutenção do texto. Na linha 38-9 propôs-se suprimir a frase "que não tem unidade ideológica. Aprovado com uma abstenção. Em seguida foi proposto suprimir na linha 41 a expressão "(em especial os sarneystas e pefelistas)" e suprimir também nas linhas 45-48: "o ministério de Itamar... o quadro", bem como acrescentar "entretanto" antes de "as declarações (linha 48). O processo de votação revelou 09 votos a favor, 09 contrários e 01 abstenção. Numa segunda votação o que foi proposto foi aprovado com 14 votos favoráveis, 12 contrários (pela manutenção do texto) e uma abstenção. Na linha 51 do mesmo Parágrafo foi proposta a substituição de "tendencialmente" por "poderá ser a mesma". Aprovada por unanimidade. Na página 03 (linha 02) foi proposto substituir "execução orçamentária" por "receitas correntes". Aprovado por unanimidade. No final desse Parágrafo foi proposto acrescentar: "em outubro a rolagem da dívida interna supera, por dia, os 06 trilhões de cruzeiros, o que corresponde aproximadamente a uma folha mensal de todos os SPFs, civis e militares, na ativa, aposentados e pensionistas". Acréscimo aprovado com 01 votos contrário e uma

abstenção. Na página 3, o segundo e terceiro Parágrafo foram fundidos através de uma proposta que apresentou a seguinte redação (linha 12 a 17): "A identificação na governabilidade com o programa neoliberal tem como objetivo induzir o movimento social a aceitar essa política sem dar margem a alternativas e dessa forma reduzir a nossa perspectiva de luta. Urge entretanto colocar diante do movimento social a perspectiva de organização e lutas continuadas". Aprovado com duas abstenções. No terceiro Parágrafo da mesma página (linha 32) foi proposto suprimir a expressão "os partidos de esquerda". Aprovado por unanimidade. Nesse momento foi feita uma pausa para que falasse a professora doutora Maria Dolores Ortiz - Assessora do Ministro da Educação Superior de Cuba, professora da Universidade de Havana, que falou sobre a realização do Congresso de Educadores de Pedagogia que ocorrerá em Cuba no ano vindouro, aproveitou para saudar o evento e todos os presentes. O Presidente da ANDES-SN, falando em nome da categoria, agradeceu a ilustre visita. Continuando a discussão foi proposta a supressão da expressão "das classes subalternas (linha 43). Aprovado com 15 votos favoráveis, 06 contrários e 01 abstenção. Em seguida foi proposto substituir "tendencialmente" (linha 53) por "poderá ser", sendo apresentado em contraposição a supressão de "tendencialmente". A segunda proposta foi aprovada com 12 votos favoráveis, a primeira proposta obteve 07 votos e ocorreram 02 abstenções. Na página 04 foi proposto um acréscimo no primeiro Parágrafo na linha 12 entre os termos "universitária" e "chega": "proíbe a vinculação constitucional de parcela de impostos para manutenção e desenvolvimento de ensino (anulando o artigo 212 da Constituição Federal)". Aprovado com uma abstenção. No Parágrafo terceiro na mesma página (linha 25) foi proposto suprimir "de um lado" e tudo após "exportações" (linha 30) e em seguida acrescentar-se um Parágrafo com a seguinte redação: "a perspectiva do plebiscito sobre monarquia/ parlamentarismo/ presidencialismo e da revisão constitucional exigem do movimento sindical no campo cutista uma urgente preparação no sentido do aprimoramento do seu projeto de sociedade que permita a efetiva politização da discussão sobre sistema de governo e a busca de ampliação das conquistas de 1988, impedindo retrocessos como os que constam da proposta de reforma fiscal". Aprovado com uma abstenção. Logo em seguida foi feita proposta de acrescentar no 4º Parágrafo (linha 37) a expressão: "Não podemos permitir a elaboração de um orçamento pelo executivo e a sua discussão pelo Congresso...", bem como se acrescentar no final do Parágrafo: "É preciso também exigir o controle público da execução orçamentária". Ambas foram aprovadas por unanimidade. Na linha 08 da página 5 foi proposto acrescentar e modificar: "Quando ainda mais grave ocorre com as demais Estaduais. Aprovado por unanimidade. Em seguida foi proposto acrescentar após transparência (linha 37): "com visibilidade de dados". Aprovado por unanimidade. Para o Parágrafo 6º da página 5 foi apresentada uma nova proposta de redação (linhas 42-45): "Além disso, é premente intensificarmos a luta pela aprovação e implementação imediata do projeto de LDB em tramitação na Câmara Federal, de forma a assegurar uma legislação que garanta as conquistas de uma escola pública de qualidade. Aprovado por unanimidade. Na página 06, 1º Parágrafo (linha 8) foi proposto a substituição da palavra "interferência" por "inserção" e suprimir tudo após "Itamar" (linha 10). Aprovado por unanimidade. No Parágrafo segundo (linha 22) foi proposta a substituição desde "significam" até "socialista" (linha 25) por: "comprometeram a possibilidade de solução na questão fundamental da apropriação do fruto do nosso trabalho pelo capital." Aprovado com 15 votos favoráveis, 03 votos contrários e três abstenções. Logo em seguida foi apresentada a proposta de suprimir no 4º Parágrafo da mesma página desde "de fato" (linha 41) até "generalizada" (linha 46) e modificar o Parágrafo a partir deste ponto com a seguinte redação: "As contradições do próprio movimento, como apontado, o que prejudicou a colocação de questões políticas e

econômicas centrais. Perdeu-se uma oportunidade privilegiada de fortalecer no seio da sociedade as bandeiras e as preocupações maiores que o movimento social organizado tem defendido." Aprovado com uma abstenção. A seguir foi apresentado um questionamento em relação a linha 53, 5º Parágrafo, a partir de "o XXV CONAD". Foi aprovado com uma abstenção que essa questão seria resolvida pela Comissão de redação. No Parágrafo Único da página 7 (linha 8) foi proposto substituir "não" por "reverter". Aprovado por unanimidade. O único destaque geral apresentado ao texto foi a alegação de que era muito longo e que seria importante colocar intertítulos, o que ficaria a cargo da Comissão de redação. Aprovado por unanimidade. Após votados todos os destaques, o texto foi aprovado, por unanimidade, de forma global. Nada mais havendo a tratar e encerrado a Plenária, eu Dalton Melo Macambira lavrei a presente ata.

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA ÚNICO (2a parte)

Aos onze dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, ...s quatorze horas e trinta minutos, no Auditório da Faculdade de Tecnologia, da Universidade de Brasília, deu-se continuidade a sessão Plenária do Tema Único - O MD e o Momento político: Construir uma saída popular para a crise, sendo a constituída seguinte mesa diretora: Profa. Angela Maria Ferreira Tygel (Presidente); Prof. Hideo Araki (Vice-Presidente); Profa. Eveline Correia Gonçalves (1a Secretária) e Profa. Joanir Pereira Passos (2ª Secretária). De início a profa. Ângela (Presidente) propôs à Plenária que a discussão se fizesse tendo por base os relatórios dos Grupos Mistos conforme constavam do texto consolidado "Encaminhamentos Emergenciais e Plano de Lutas", com o seguinte encaminhamento: leitura de cada proposta da página 1 (um) a 4 (quatro) correspondente aos encaminhamentos emergenciais. Não havendo posição contrária, automaticamente a proposta seria considerada aprovada. Ocorrendo posição contrária abre-se discussão, admitindo-se a inscrição de um orador a favor e outro contra a proposição passando-se em seguida a votação: leitura das propostas da página 4 (quatro) a 6 (seis) correspondente ao Plano de lutas, com a mesma sistemática. A seguir sendo feita a leitura da página 7 (sete) correspondente a Reforma Constitucional, com a mesma dinâmica. Foi ainda apresentada a proposta da mesa quanto à ordem da discussão: encaminhamentos emergenciais, reforma constitucional e planos de luta; estando o plenário esclarecido quanto à proposta de encaminhamento da mesa, passou-se a votação sendo aprovada por unanimidade. A seguir, passou-se a leitura, discussão e aprovação das propostas dos Encaminhamentos Emergenciais: item 1 (um) aprovado por unanimidade. Acréscimo proposto teve sua supressão aprovada por unanimidade; item 2 (dois) letras "a", "b", "c" e "d" aprovado por unanimidade com substituição da palavra "preservação" por "garantia", a letra "c"; a letra "e" aprovado por unanimidade sendo alterada a letra "e" por item 2.1 (dois ponto um); item 3 (três) aprovado por unanimidade e teve acréscimo aprovado com adendo: ...e piso salarial por categoria para todos...DIEESE; item 4 (quatro) aprovado com fusão das letras "a" e "b". Retirada da proposta de "reforma constitucional...fiscal", juntamente com "a luta contra retomada desta estratégia pelo atual governo"; item 5 (cinco) letra "a" aprovado com recomendação de remeter para o GT-Verbas, letra "b" exigir do governo... e (aprovado por unanimidade), ... não aceitação da criação...classe trabalhadora (aprovado por unanimidade), ...não aceitação... no momento - aprovado com 1 (um) voto contra; letra "c" prejudicada. A profa. Angela (Presidente da Mesa) põe em votação a prorrogação da Plenária por mais uma hora sendo aprovado por unanimidade. Em continuidade da Plenária, passou-se ao item 6 (seis) aprovado; item 7 (sete) aprovado com acréscimo: discussão...criação de mecanismos de controle de sua execução; item 8 (oito) aprovado e os acréscimos letra "a" aprovado com modificação ...LDB poderão advir a garantir ... educação dos brasileiros, letra "b" aprovado com supressão da expressão: através da bancada governista; letra "c" aprovado a supressão; item 9 (nove) e 10 (dez) aprovado; item 11 (onze) aprovada com modificações as 2 (duas) propostas apresentadas: Que a ANDES-SN elabore uma proposta de efetiva isonomia salarial, elaborada com os demais SPFs, considerando os demais poderes e exigir do Governo Itamar imediata abertura de negociações com os SPFs com vistas ... implementação de uma isonomia salarial entre os três poderes, revisando o que está sendo implementado, que além de não conduzir à isonomia, introduziu distorções e discriminação item 12 (doze) e 13 (treze) aprovados.

Acréscimos ao item 13: letra "a", acréscimo: ter como meta.. .tecnológico, priorizando questões sociais pendentes, articulado...pública (proposta Bira), com a recomendação desta proposta ser inserida no tópico de reforma constitucional) letra "c" acréscimo: retomada...integral do FNDE, e do FNDCT, incluindo a dotação orçamentária para o pagamento...estrangeiro, letra "d" aprovado com nova redação: solicitar que os GTs Verbas e de Política Educacional assumam urgentemente a análise do orçamento da União, Estados e Municípios no que se refere ... Educação, letra "e" aprovado; item 14 (quatorze) aprovado a auditoria na dívida interna acrescido "pelo Congresso Nacional", aprovada a supressão "da auditoria na dívida externa", com três votos contra e uma abstenção, e aprovado "não pagamento da dívida externa"; item 15 (quinze) aprovado com modificações e acréscimo de redação: "Lutar pela aprovação do impeachment no Senado Federal, sobretudo nos casos PC, VASP, NEC, PP, LBA e contrato de compra de Israel, sem prejuízo de novos casos que se evidenciem, pela punição dos culpados e a continuidade das investigações"; item 16 (dezesesseis) aprovado; item 17 (dezesete) aprovado com modificação de redação: "Denunciar as políticas desenvolvidas principalmente pelo Governo Collor e conseqüentes efeitos nefastos sobre as condições de funcionamento da Universidade pública e gratuita"; item 18 (dezoito) aprovado com acréscimo na redação: "Exigir do Governo respeito...eleitorais com participação da comunidade universitária na escolha...Uberlândia", item 19 (dezenove) aprovado, e ainda foi aprovado por unanimidade o item 20 (vinte) proposta do Grupo III, que não constava do relatório consolidado: "A Diretoria dever elaborar um documento síntese (frente e verso), pautado na avaliação e encaminhamentos deste III CONAD Extraordinário, que receber o título de Carta de Brasília, a ser amplamente divulgado. Este documento dever ser encaminhado aos Parlamentares Federais e a todos os Sindicatos Nacionais, e ser amplamente divulgado". A esta proposta aprovada foi acrescido "ampla divulgação pelas ADs a nível local". Em prosseguimento, passou-se a leitura, discussão e votação do tópico Reforma Constitucional da página 7 (sete) do Relatório consolidado, item 6 (seis) letra "a" e "b" aprovado; encaminhamentos: letra "a" aprovada com modificação com 5 (cinco) votos contra e 2 (duas) abstenções - a) Os grupos de trabalho...avaliação da atual constituição e propostas...reforma constitucional nos GTs locais e regionais, a nível das Ads, CONAD e Congresso: letra "b" aprovado com 1 (um) voto contra e 1 (uma) abstenção; letra "c" aprovada com supressão de parte do texto com 2 (dois) votos contra e 3 (três) abstenções - "c) Agendar...com uma pauta que discuta os encaminhamentos do III CONAD...regionais". Foi recomendado que a Comissão de redação verifique um local apropriado para ser colocada esta proposta. Em seguida, a Profa. Ângela coloca em votação a prorrogação da Plenária até às dezenove horas, sendo aprovada por unanimidade. Em continuidade, passou-se a leitura, discussão e votação do Plano de Luta, página quatro do relatório consolidado: item 1 letras "a" e "b" aprovadas; letra "c" aprovada com modificação. Exigir...educação; seguridade social e saúde, letra "d" aprovada com acréscimo. A Previdência...resgatar o conteúdo do Boletim...estudos; letra "e" aprovada; letra "f" aprovada com modificação: "contra atos" em lugar de "contra ações"; letra "g" aprovada; letra "h" aprovada com modificação população carcerária em lugar de sistema penitenciário; item 2 (dois) letras "a" e "b" aprovadas; letra "c" aprovada com modificação do texto; c) definir um percentual mínimo de captação...seção sindical e supressão da frase -"Pressionar as Câmaras", até o final; letra "d" suprimida; letra "e" aprovada com modificações: "desclientização em lugar de "despolitização"; letras "f", "g", "h", "i" e "j" suprimidas; letras "l" aprovada com modificação do texto - "A ANDES-SN agendar uma audiência "em lugar de "protocolar uma pauta", e "para discutir em lugar de "que contemple"; item 3 (três) letra "a" aprovada acrescido de "e discutir a criação de GT Política Urbana"; letra "b" aprovada com modificação e supressão do texto

respectivamente: "política agrária" em lugar de "reforma agrária", e supressão da frase - Avaliar at, urbana; letra "c" aprovada com recomendação de nova redação pela comissão; letra "d" suprimida; letra "e" aprovada; letra "f" e "g" suprimidas; item 4 (quatro) letra "a" aprovada: letra "b" e "c" suprimidas; item 5 (cinco) letra "a" aprovada com supressão da palavra "significativas"; letra "b" aprovada com 7 (sete) votos contra e devendo ser colocada nos encaminhamentos emergenciais; letra "c" aprovada com nova redação: "nomeação imediata de todos os professores concursados e aprovados nas IFES; realização de concurso público e contratação imediata para o preenchimento de todas as vagas existentes". Nada tendo mais a tratar, a profa. Ângela deu por encerrada a Plenária, às dezoito horas e cinqüenta minutos, e para constar eu, Joanir Pereira Passos, lavrei a presente ata que vai por mim datada e assinada. Brasília 11 de outubro de 1992.

RELATÓRIO

O MD E O MOMENTO POLÍTICO: CONSTRUIR UMA SAÍDA POPULAR PARA A CRISE

A luta pelo impeachment

Na conquista da admissibilidade do processo do impeachment manifestou-se um enorme contingente popular. Dos caras-pintadas aos adesistas de última hora esse imenso consenso contraditório expressou uma certeza: a impossibilidade de Collor continuar a governar. Esse processo de luta foi fundamental.

As imensas manifestações populares inviabilizaram, de fato, os velhos truques políticos. Estudantes, trabalhadores e diversos outros setores da sociedade, jovens em sua maioria, expressaram-se ativamente. Collor na sua megalomania polarizou contra si todo o trabalho de mobilização desenvolvido pelas entidades, partidos e forças do campo popular. Pediu uma manifestação verde-amarela de apoio e ganhou o luto da rejeição. Cristalizou, sem querer, é claro, o seu isolamento.

O processo de impeachment foi marcado por fortes contradições. Entre os seus proponentes encontravam-se desde os que consideravam que a corrupção tinha ultrapassado seus limites costumeiros até os que se posicionavam contra uma política econômica, que ao adequar-se à racionalidade capitalista internacional, destrói vidas, empregos, salários. No meio desse amplo arco encontrávamos os que viam na perda da governabilidade, no processo objetivo de desmoralização de Collor e da classe dominante elementos decisivos para o impeachment. Colocavam-se assim lado a lado os que consideram a modernidade neoliberal como um imenso avanço e aqueles que a encaram como a destruição das condições de sociabilidade.

O movimento pelo impeachment ocultava uma contradição fundamental: se a luta contra a corrupção obtinha com enorme facilidade o consenso, a luta contra o neoliberalismo seguramente romperia este consenso. Isto era claramente visualizado pela existência de contradições que estavam presentes, tanto no Movimento pela ética na Política, como no Movimento Democrático contra a Impunidade e em todos os demais fóruns que neste momento se organizaram. A ANDES-SN em todas as suas intervenções nestes fóruns procurou, demarcando uma posição firme e decidida, que o entendimento e a prática da luta, alcançassem o grau de coerência e de radicalidade necessários para a elaboração de uma alternativa popular de solução para a crise.

A mídia atuou poderosamente. Concentrou seus esforços na luta contra a corrupção, escamoteando a questão central da política econômica. Nessa perspectiva, passado o momento da votação, não restaria senão a posse de Itamar e a volta tranqüila ao leito do neoliberalismo. Diante disso, a parcela combativa do movimento social organizado trabalha para fazer com que a população escape ao controle que a mídia tenta exercer.

Os efeitos da luta

A população indicou de forma clara o seu profundo desagrado; as chamadas instituições liberais funcionaram normalmente e parecia que a população podia decidir e que a política não era necessariamente um conjunto de casuísmos e maneirismos. Ao nível do

simbólico a cidadania aparece como conquistada, parecendo mudada a relação da sociedade com o Estado. E, de fato, contrariamente à expectativa de que nada mudou, o novo governo não tem as mãos livres. Ele não pode ignorar nem a corrupção, nem a impunidade.

Não pararam aí os efeitos contraditórios do processo: criaram-se novas expectativas e a realização de eleições municipais não permitiram aos políticos situacionistas, na sua maioria, outro caminho senão o de aderir ao discurso da moralidade. Assim, se a luta exclusiva contra a corrupção foi fator decisivo na votação do processo de impeachment, por outro lado, aquela ênfase foi usada conscientemente para esvaziar o conteúdo político do movimento.

Os resultados das eleições municipais traduziram tal processo de forma clara. Os candidatos dos partidos de esquerda tiveram sua votação fortemente ampliada e ficou evidente que nos grandes centros urbanos a população escolheu quem votou a favor do impeachment. Collor e Antônio Carlos Magalhães foram os grandes derrotados. No entanto, outros políticos como Brizola, que há muito haviam estabelecido uma aliança com o Governo, também foram duramente atingidos pelo processo de impeachment. A realização do segundo turno, em uma situação diferenciada, com o novo governo já atuando, indicará o grau da radicalidade da escolha popular. Lembremos que, pela lógica eleitoral do segundo turno, novos arranjos políticos serão feitos e em vários lugares poderão ocorrer alterações do quadro definido no 1º turno.

Outro elemento da conjuntura é a formação do Ministério de Itamar. Sua composição é heterogênea, com predominância das forças conservadoras. O Presidente em exercício não tem bases políticas próprias. Eleito com Collor, com seu programa, ele está agora controlado por aqueles que o colocaram no comando do Estado, via impeachment. Entretanto as declarações de Itamar vão na direção da permanência da política de Collor, embora aqui e ali sejam propostas pequenas alterações. A reforma fiscal, por exemplo, poderá ser a mesma, caso não ocorra uma intervenção decisiva do movimento social organizado. O mesmo deverá ocorrer com a questão da dívida externa e da dívida interna, peças chave de qualquer política contrária à recessão e à miséria. Para se ter uma idéia da magnitude do problema, 168% (quase duas vezes) do valor das receitas correntes da União de 1992 - até agosto (DOU 30/09/92, pp.13744 a 13747) - foram comprometidos com encargos e amortização da dívida pública e apenas 26% com pessoal e encargos sociais. Em outubro, a rolagem da dívida interna, superior a 6 trilhões de cruzeiros por dia, o que corresponde aproximadamente a uma folha mensal de todos os SPFs, civis e militares, da ativa, aposentados e pensionistas.

A situação contudo não está cristalizada. Não podemos esquecer que o processo do impeachment se conclui apenas com o julgamento de Collor pelo Senado e devem se manter as mobilizações com esse objetivo. O governo Itamar na própria composição do Ministério tem revelado a debilidade que provem dos acordos dos seus aliados.

Entretanto a luta popular pelo impeachment atinge uma amplitude muito maior e se traduz, por exemplo, na exigência de que o governo de São Paulo apure as responsabilidades pela chacina da Casa de Detenção e chegue, depois da tentativa de defender seu Secretário de Segurança, a ter que efetivamente demiti-lo.

Governabilidade ou Democracia?

Não cabe ao movimento social organizado assumir o discurso da governabilidade. É preciso perguntar: governabilidade para quem e para quê? Tal discurso se identifica com o programa neoliberal e tem como objetivo induzir o movimento social a aceitar, sem qualquer alternativa, essa política e dessa forma reduzir a nossa perspectiva de luta. Urge entretanto colocar diante do movimento social a perspectiva de organização e lutas continuadas.

O movimento docente se insere no contexto da luta sindical dos trabalhadores brasileiros. Tal luta deve ser capaz de elaborar e encaminhar - no campo da CUT e em conjunto com os demais movimentos sociais organizados - uma plataforma de reivindicações no plano geral e das lutas específicas ao setor dos trabalhadores de educação.

O que se quer, a definição de um projeto de mudança nas atuais condições de vida e de trabalho da imensa maioria da população do país.

Essa plataforma deve ter como base a exigência do fim da recessão, do desemprego, a defesa da recuperação dos valores reais dos salários, a defesa dos direitos que devem ser assegurados pelo Estado, contra a impunidade, contra a subordinação às determinações do FMI e do Banco Mundial e pela plena realização da cidadania.

As reivindicações atuais da classe trabalhadora não são diferentes daquelas que se apresentavam durante as lutas travadas contra o governo Collor. Necessitam, no entanto, de uma definição mais precisa, de modo que se torne nítida a diferença entre as propostas do governo e aquelas propostas que expressem as necessidades reais dos trabalhadores. As propostas do governo serão gestadas no âmbito do neoliberalismo.

Reforma Fiscal ou Reforma Constitucional?

O governo Collor apresentou um projeto de lei denominado Reforma Fiscal, cujo sentido principal é a introdução de mudanças constitucionais lesivas aos interesses públicos e populares. No aspecto fiscal propõe mudanças como a diminuição do limite de isenção, penalizando a população de renda mais baixa, ao mesmo tempo em que favorece os mais ricos introduzindo a isenção tributária para o lucro líquido. Nas suas diretrizes principais, diminui as transferências constitucionais para Estados e Municípios, reduz direitos na seguridade social, altera o princípio da autonomia universitária, proíbe a vinculação constitucional de parcelas de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino (anulando o Art. 212 da Constituição Federal) e chega mesmo a suprimir o ensino oficial público e gratuito.

Manifestações dos Secretários de Finanças das capitais denunciam que a capacidade de pressão clientelística do governo federal ser fortalecida pelo deslocamento de recursos dos Estados e Municípios para essa esfera. Mantido o atual quadro de predomínio dos candidatos populares, essa concentração de recursos na esfera federal seguramente tenderá a inviabilizar a gestão de várias prefeituras.

É fundamental que o movimento social organizado exija a retirada imediata desta Reforma Constitucional travestida de Reforma Fiscal. Parte significativa dos problemas de orçamento fiscal da União podem ser resolvidos pelo combate à sonegação de

impostos que, estima-se, representa uma perda de cerca de 40% dos tributos, ou ainda por uma revisão das renúncias fiscais, especialmente das isenções para exportações.

A perspectiva do plebiscito sobre monarquia/ parlamentarismo/ presidencialismo e da revisão constitucional exigem do movimento sindical cutista uma urgente preparação no sentido do aprimoramento do seu projeto de sociedade, que permita a efetiva politização da discussão sobre sistema de governo e a busca de ampliação das conquistas de 1988, impedindo retrocessos como os que constam da proposta de Reforma Fiscal.

Além do mais, não podemos permitir a elaboração de um orçamento pelo Executivo e a sua discussão pelo Congresso sem que as entidades representativas das categorias organizadas dos trabalhadores sejam consideradas como interlocutoras legítimas no debate sobre as prioridades nacionais. É preciso também exigir o controle público da execução orçamentária.

Política governamental semelhante têm seguido os governos estaduais que praticam também uma política orçamentária que ameaça o patrimônio das universidades públicas. É o que está ocorrendo, por exemplo com as estaduais paulistas que vivem com apenas 10% do seu orçamento dedicado a custeio. Isto impossibilita o investimento necessário ... infra-estrutura mínima que nosso compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade demanda. Os atuais 9% do ICMS para a USP, UNESP e UNICAMP, inviabilizam não só a recuperação dos salários face à inflação, como também o financiamento das atividades meio da universidade. Quadro ainda mais grave ocorre com as demais IES estaduais.

Urge que passemos a colocar, com insistência e organização, a necessidade imperiosa de reverter este quadro. A pesquisa e o ensino devem estar associados para possibilitar o encaminhamento dos graves problemas sociais brasileiros e a apropriação nacional do conhecimento original gerado por nossos pesquisadores. Sem investirmos decididamente em ensino e pesquisa de qualidade ficaremos impossibilitados de incorporar tecnologias e saberes fundamentais para o nosso progresso econômico, cultural e social.

Neste sentido, uma reivindicação estratégica fundamental é a exigência de que sejam investidos regularmente 1,5% do PIB em desenvolvimento científico e tecnológico bem como 10% do PIB na tarefa de educação pública. Estes números são compatíveis com aqueles dispendidos por países desenvolvidos ou países interessados em acelerar seu desenvolvimento, e atendem recomendação da UNESCO.

Existem ainda providências imediatas e concretas em relação a investimento e reorientação de prioridades que devem ser já assumidas - como por exemplo no âmbito do FNDCT, FNDE, FINEP, CAPES e CNPq.

A responsabilidade na administração de verbas públicas exige a visibilidade de dados e o controle público de gastos e insumos. Assim, crucial exigirmos que os gastos com o desenvolvimento científico e educacional sejam permanentemente passíveis de análise e crítica, observadas suas publicações respectivas nos Diários Oficiais (União, Estados e Municípios).

Além disso, é premente intensificarmos a luta pela aprovação e implementação imediata do projeto de LDB em tramitação na Câmara Federal, de forma a assegurar uma legislação que garanta a conquista de uma escola pública de qualidade.

A prioridade para a saúde significa o resgate do seu caráter público e a construção de um sistema nacional que garanta, nesse setor, um padrão de qualidade unitário em todo o país, garantindo cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde em que se colocam os princípios para o financiamento e gerenciamento do Sistema Único de Saúde - no qual se incluem os hospitais universitários.

Nossas tarefas políticas

O conjunto de ações que se impõe ao movimento docente no atual contexto brasileiro exige o seu fortalecimento, o que ocorrerá na medida em que sejam superadas a fragmentação e a setorização de nossa ação sindical. Para isto é vital ampliar nossa inserção na CUT, sobretudo pela participação das AD/ Seções Sindicais na vida das CUTs estaduais. Esta inserção é fundamental no sentido de contrapor-se a qualquer posição que aponte para a política do consenso, sinalizada pelos acordos globais do governo Itamar.

Uma estratégia decisiva para o momento presente, reverter qualquer perspectiva que sinalize para a política de pacto social no interior do movimento sindical classista, o que pode significar, politicamente, a abdicação da perspectiva de construção de uma sociedade alternativa. Historicamente, as experiências de pacto entre capital e trabalho - ver, por exemplo, a social-democracia europeia - comprometeram a possibilidade de solução da questão fundamental da apropriação do fruto do nosso trabalho pelo capital.

O trabalho de elaboração, de esclarecimento político e de construção de propostas passa prioritariamente pelo seu aprofundamento no interior de nossa própria categoria. Esse aprofundamento se faz necessário com os sindicatos de professores de 1º e 2º graus, com os demais trabalhadores em educação e com o conjunto do movimento social organizado. A clareza política e a construção de pautas conjuntas com o movimento sindical permitirá dar maior organicidade à luta popular e a recuperar sua radicalidade. Com isso se poderá mudar a correlação de forças na conjuntura, alterando sua qualidade.

O fortalecimento do movimento sindical classista pressupõe uma avaliação crítica da participação do movimento social organizado na luta pelo impeachment. As contradições do próprio movimento, como já apontado, prejudicaram a colocação de questões políticas e econômicas centrais. Perdeu-se assim uma oportunidade privilegiada de fortalecer no seio da sociedade as bandeiras e as preocupações maiores que o movimento social organizado tem defendido.

Avançar nesse esforço crítico significa criar as condições de tornar vitoriosas as tarefas a que nos propomos neste documento. O XXV CONAD será um momento privilegiado para avaliar o quanto avançamos na implementação das ações que estão sendo apontadas neste fórum Extraordinário.

As afirmações da modernidade, entendida como ditadura do mercado e do neoliberalismo como sua ideologia privilegiada, devem ser enfrentadas e rejeitadas. Trata-se de

recolocar o desafio de construir com o movimento social organizado, especialmente com a CUT, essa plataforma que permita avançar a proposta de uma cidadania dos trabalhadores e reverter a proposta de um pacto social, que beneficia a classe burguesa organizada nacional e internacionalmente. Nossa organização e mobilização, tanto no MD quanto no interior da CUT devem, isto sim, obter respostas concretas às reivindicações sociais e econômicas fundamentais dos trabalhadores.

Brasília, 11 de outubro de 1992

CARTA DE BRASÍLIA

A luta pelo impeachment e o novo quadro político.

O processo de impeachment foi produto da mobilização de um amplo arco de alianças. Estiveram presentes os que propunham a saída de Collor para, simplesmente, restabelecer a moralidade administrativa; os que queriam sua saída por entender que o envolvimento direto de Collor com a corrupção o desqualificava para levar adiante o projeto de manutenção e ampliação da subordinação da economia brasileira aos interesses do FMI, garantindo a continuidade da política neoliberal; bem como os que, além de pregar a moralidade administrativa, encaravam a modernidade neoliberal como destruição das condições de trabalho e sociabilidade e a manutenção de nossa posição subalterna na ordem capitalista mundial. Neste processo, foram as manifestações populares que viabilizaram a decisão da Câmara Federal.

A ANDES-SN participou desde o primeiro instante do Movimento Pela Política e Contra a Impunidade procurando demarcar uma posição firme e decidida para expor à sociedade a questão central da política econômica vigente, escamoteada devido à ênfase dada a luta contra a corrupção. As denúncias contra a corrupção foram decisivas no processo do impeachment, mas foram também usadas conscientemente para buscar esvaziar de um conteúdo político mais amplo o movimento.

O desfecho temporário da crise provocou efeitos contraditórios que se cristalizaram na posse de Itamar, nas expectativas populares e na realização das eleições municipais. Estas traduziram, nos grandes centros urbanos, o fortalecimento dos partidos de esquerda, ainda que as forças conservadoras que votaram pelo impeachment tenham conseguido capitalizar resultados positivos e reforçar sua posição no novo governo. O resultado contudo pode ser alterado pelo segundo turno eleitoral, que ocorrer na vigência do novo governo.

As expectativas sociais de democratização se, por um lado, foram duramente golpeadas pela chacina da Casa de Detenção, em São Paulo, por outro produziram a exigência da apuração das responsabilidades e a demissão, contra a vontade do Governador, do Secretário Estadual de Segurança.

Na constituição do novo Ministério, verifica-se que a técnica é a busca de amplo apoio congressional e partidário, o que reforça a possibilidade de manutenção da política econômica neoliberal.

A proposta de Itamar está concentrada no discurso da governabilidade e do pacto social. Tal cenário coloca para a ANDES-SN, a CUT e o movimento social organizado a necessidade de construção de uma plataforma de reivindicações capaz de orientar as ações político-sindicais para contrapor ao projeto do governo uma alternativa popular para a sociedade. Esta plataforma deve exigir o fim da recessão, do desemprego, da impunidade, da subordinação às determinações do FMI e do Banco Mundial; a recuperação dos salários; a defesa dos direitos que devem ser assegurados pelo Estado; pela realização plena da cidadania.

É fundamental que o movimento social organizado exija a retirada imediata do Congresso Nacional da proposta de reforma constitucional travestida de Reforma Fiscal. O combate à sonegação de impostos (que, estima-se, representa uma perda de cerca de 40% dos tributos), ou ainda uma revisão das renúncias fiscais (especialmente das isenções para exportações) podem resolver parte significativa dos problemas de orçamento fiscal da União.

Educação, Ciência, Tecnologia e Saúde.

As políticas do governo Collor para ciência, tecnologia, educação e saúde estrangularam toda a possibilidade de desenvolvimento do nosso potencial científico. O ensino público em todos os níveis, a pesquisa básica e tecnológica foram deixadas à míngua de investimento e sustentação. Isto se dá tanto em relação ao financiamento de projetos de pesquisa quanto em relação a salário e custeio das IES federais. Quadro semelhante, por vezes ainda mais grave, ocorre nas IES estaduais.

É imperioso reverter este quadro. A pesquisa, o ensino e a extensão devem ser indissociados para favorecer a solução dos graves problemas sociais brasileiros e a apropriação nacional do conhecimento original gerado por nossos pesquisadores. Sem investirmos decididamente em ensino, pesquisa e extensão de qualidade, ficaremos impossibilitados de dominar as tecnologias e os saberes fundamentais para o progresso econômico, cultural e social. Neste sentido, uma reivindicação estratégica é a exigência de que sejam investidos regularmente 1,5% do PIB em desenvolvimento científico e tecnológico bem como 10% do PIB na educação pública. Esses índices são compatíveis com aqueles gastos por países desenvolvidos ou interessados em acelerar o seu desenvolvimento.

A responsabilidade na administração de verbas públicas exige a visibilidade dos dados e o controle público de gastos e insumos. Assim é crucial exigirmos que os gastos com desenvolvimento científico e educacional sejam permanentemente passíveis de análise e crítica.

Além disso, é premente intensificarmos a luta pela aprovação do projeto e implementação imediata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em tramitação na Câmara Federal, de forma a assegurar uma legislação que garanta uma escola pública de qualidade. Prioritária também é a questão da saúde e para tal devemos resgatar seu caráter público e a construção de um sistema nacional dotado de um padrão de qualidade unitário, garantindo-se o cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, na qual se explicitaram os princípios para o financiamento e gerenciamento do Sistema Único de Saúde. Nele se incluem os hospitais universitários.

Pacto Social ou Democrático?

A reversão de qualquer perspectiva que sinalize para a política do pacto social no interior do movimento sindical classista é uma necessidade decisiva para o momento atual. Tal perspectiva pode significar, politicamente, a abdicação da proposta de constituição de uma sociedade alternativa que recuse a apropriação do fruto do trabalho pelo capital.

O esclarecimento político e a construção de propostas passam prioritariamente pelo seu aprofundamento no interior de nossa própria categoria. O debate se faz necessário com os sindicatos de professores de 1º e 2º graus, com os demais trabalhadores em educação e com o conjunto do movimento social organizado. Maior clareza política e a construção de pautas conjuntas com o movimento sindical permitirão dar maior organicidade à luta popular e recuperar sua radicalidade. Deste modo se poderá mudar a conjuntura, permitindo assim alterar a atual correlação de forças; com isso poderemos trabalhar com a sociedade nossas preocupações e bandeiras.

As afirmações da modernidade, entendida como ditadura do mercado, e do neoliberalismo devem ser enfrentadas e rejeitadas. Trata-se de recolocar o desafio de construir com o movimento social organizado, especialmente com a CUT, a plataforma que permita avançar a proposta de uma cidadania dos trabalhadores e reverter a proposta de um pacto social, que beneficia especialmente a classe burguesa organizada nacional e internacionalmente. Nossa organização e mobilização, tanto no MD quanto no interior da CUT, devem, isto sim, obter respostas concretas às reivindicações sociais e econômicas fundamentais dos trabalhadores.

A ANDES-SN E AS TAREFAS DA CONJUNTURA

O Brasil mostrou sua cara. As ruas ficaram lotadas de pessoas de diferentes idades, profissões, partidos e crenças. A sensação de que era impossível continuar a viver com um clima que torna indigno tudo e todos unificou esse vasto contingente popular.

A palavra de ordem da luta contra a corrupção era o que havia de mais aparente. Mas o que ocorreu não foi um festival promovido por lutadores moralistas. É preciso ir além das aparências e afirmar que o sentido popular traduzia a impossibilidade de viver com uma inflação altíssima, que fome e miséria não são compatíveis com a dignidade da soberania popular. Quem foi às ruas defender uma política recessiva que elimina as condições de saúde e educação para a população? Ninguém, obviamente. Quem afirmou que se deveria manter essa política eliminando apenas aqueles que pelo seu desejo irrefreado de enriquecimento ilícito tornavam difícil a aplicação dessa política? Não foi certamente o povo quem defendeu esta idéia.

A posse de Itamar é incontestável nos marcos da legalidade vigente. O que não é incontestável é a exigência de uma política econômica que leva a população ao desespero. Política que ele buscar realizar por não ter bases políticas próprias e porque terá de governar com as bases que tornaram Collor possível. Itamar é prisioneiro voluntário, sem dúvida alguma, desse esquema. O que é incontestável é que não é correto personalizar a corrupção apenas em Paulo Cesar Farias e fazê-lo bode expiatório, deixando os demais corruptos impunes. Muitos tiveram papel ativo na corrupção: PC Farias não podia ser o que era se não tivesse no empresariado e no governo campo aberto para a sua ação. Não podemos nos contentar em simplesmente passar um apagador nesse quadro e imaginar que a corrupção, apenas o seu articulador. A Justiça deve examinar tudo isso! Não se trata de revanchismo, mas de reabilitar a dignidade da população. E de lembrar que o Código Penal não foi abolido.

É necessário lembrar que a política neoliberal não apenas leva fome e miséria ao conjunto da população, mas é sobretudo o mais poderoso elemento de enriquecimento

privado já realizado no Brasil. O Estado sempre foi elemento que permitiu o fortalecimento dos empresários privados colocando a seu serviço as estatais, como nos mostra exemplarmente a Companhia Siderúrgica Nacional. A VASP foi privatizada amigavelmente. O governo de São Paulo "saneou" a empresa antes de passá-la em condições especialíssimas ao grupo Canhedo (que tem vinculações com PC Farias). E assim por diante. Sob o pretexto de modernizar o país foi feita a passagem do patrimônio público para o patrimônio de poucos.

Faz-se mais e mais necessário que o movimento social organizado (partidos, sindicatos, igrejas, associações) que se colocou na luta contra o desgoverno Collor elabore coletivamente um programa mínimo alternativo à política neoliberal. Programa que seja referência para a sociedade. E que permita a intervenção da ampla maioria da população como sujeito dos destinos do país .

A luta e a mobilização da sociedade não pode ser apenas uma catarse que pouco a pouco ser digerida. A população que se mobilizou pela sua dignidade, pela construção de melhores condições de vida, necessita e requer a sua soberania. Cabe a todos, ao movimento social organizado, ao movimento docente organizado na ANDES-SN, trabalhar no sentido da construção dessa cidadania.

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Às dezenove horas do dia onze de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, o Presidente da ANDES-Sindicato Nacional deu início à Plenária de Encerramento do III CONAD Extraordinário realizado na Universidade de Brasília. A mesa estava assim composta: Márcio Antonio Oliveira, presidente da ANDES-SN, Roberto Abreu, 1º tesoureiro da ANDES-SN, Pedro Murrieta, presidente da ADUnB e IVPR - Planalto Ângela Tygel, 1ª Secretária da ANDES-SN. O presidente abriu a sessão agradecendo a presença das ADs convidadas e esclareceu que o evento tinha sido convocado dada a grave crise política na qual o país está imerso e manifestou a certeza de que as análises empreendidas e o documento final aprovado contemplando a pauta de nossas reivindicações serão de grande importância para o movimento docente e constituem-se um reforço à sustentação da nossa luta em direção às transformações substanciais da qual carece a sociedade brasileira. Em seguida, foi submetida a apreciação do Plenária, moção de repúdio relativa aos acontecimentos da Casa de Detenção de São Paulo, a ser encaminhada ao Ministro da Justiça bem como ao Governador de São Paulo, e moção de apoio aos companheiros da Universidade de Tocantins, que foram aprovadas por unanimidade. O presidente do Sindicato agradeceu à UnB e ADUnB por terem propiciado as condições materiais necessárias à realização do evento e, encerrando a sessão, agradeceu também a participação de todos, manifestando o desejo de contar com a presença dos presentes daqui a dois meses, em Piracicaba, no XXV CONAD. Eu, Angela Tygel redigi a presente ata.

ANEXOS À ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

1 - MOÇÃO DE REPÚDIO

O III CONAD Extraordinário - Conselho da ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, reunido nos dias 10 e 11 de outubro de 1992 em Brasília-DF, considerando o processo de mudança de nome da Universidade do Tocantins, UNITINS, para "Universidade Padre Luso de Barros Matos", por iniciativa do Deputado Estadual Condorcet Cavalcante Filho, manifesta seu repúdio a este ato arbitrário e antidemocrático, visto que a comunidade universitária e tocantinense não foi, em momento algum, consultada.

Nosso repúdio se fundamenta na clara intenção do referido Deputado em obter ganhos eleitoreiros, vista a total ausência de um seu passado de lutas por uma Universidade competente e democrática, enquanto parlamentar. O problema maior da UNITINS não está vinculado a sua denominação, mas à garantia de condições de trabalho: estrutura funcional, bibliotecas, laboratórios, capacitação e remuneração digna aos docentes. Nestes espaços de atuação o Deputado não se preocupou em estar presente.

O III CONAD Extraordinário afirma seu apreço e respeito pela memória do Padre Luso, mas considera que a Universidade, é por seus princípios, laica e universal. Além disso, sendo de todo o povo, a Universidade não deve estar associada apenas aos tocantinenses católicos.

Brasília, 11 de outubro de 1992

Prof. SILVIO FRANK ALEM
Secretário Geral da ANDES-SN

Enviar para:

- Dep. Condorcet Cavalcante Filho
- ADUNITINS - fax e todos endereços
- Conselho Diretor UNITINS
- Governador do Estado do Tocantins
- Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

RATEIO

DESPESAS COM PESSOAL	:	4,430,436.20
ALOJAMENTO, TRANSP. DE FUNCIONARIOS E CONVIDADOS:		0.00
TELEFONE	:	4,000,000.00
GASTOS DE SECRETARIA	:	3,855,800.00
GASTOS DE CORREIO	:	0.00
XEROX	:	2.500,000.00
ALIMENTACAO	:	360,000.00
TRANSPORTE E COMBUSTIVEL	:	694,400.00
DIVULGACAO	:	60,000.00
DESPESAS ABERTURA EVENTO/INTEG. PARTIC.	:	0.00
INFRA-ESTRUTURA	:	1,587,477.00
GASTOS COM TRANSPORTE DE DELEGADOS	:	79,408,718.79
RECEITA DE OBSERVADORES E DEVOLUCAO	:	4,050,000.00
MARGEM DE SEGURANCA	:	10.00
TOTAL GASTO NA ORGANIZACAO	:	17,488,113.20
MARGEM DE SEGURANCA (10.00%) DO TOTAL	:	1,748,811.32
VALOR A SER RATEADO	:	94,595,643.31
TAXA DE RATEIO	:	1,182,445.54

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

AD/S.SIND	SOCIOS	POND.	TRANSP.	NUMERO RATEIO	FATOR	CUSTO	A RECEBER OU A PAGAR
ADUNIR	224	1.00	2887000.79	1182445.54	1704555.25		
ADUNIMEP	316	1.50	2681850.00	1773668.31	908181.69		
ADUFAL	859 2	.50	4350650.00	2956113.85	1394536.15		
APUFPR	1936	3.00	1695770.00	3547336.62	-1851566.62		
ADUFRJ	2820	3.00	2514650.00	3547336.62	-1032686.62		
ADUC	100	0.00	0.00	0.00	0.00		
ADUFRGS	1911	3.00	1900400.00	3547336.62	-1646936.62		
APUFSC	1700	3.00	3338200.00	3547336.62	-209136.62		
ASPUV	719	2.00	2082450.00	2364891.08	-282441.08		
ADUFES-SE	908	2.50	2053600.00	2956113.85	-902513.85		
ADUFPEL	825	2.50	1988210.00	2956113.85	-967903.85		
ADUSP	3597	3.00	2437050.00	3547336.62	-1110286.62		
ADUA	595	2.00	1933080.00	2364891.08	-431811.08		
APUBH	2220	3.00	1970000.00	3547336.62	-1577336.62		
APROFURG	584	2.00	2004400.00	2364891.08	-360491.08		
ADUFC	1264	3.00	2087560.00	3547336.62	-1459776.62		
ADUFPA	1351	3.00	2500000.00	3547336.62	-1047336.62		
ADCEFET-MG	96	0.00	0.00	0.00	0.00		
ADUFERPE	395	1.50	2600000.00	1773668.31	826331.69		
APES-JF	700	2.00	2000250.00	2364891.08	-364641.08		
ADUFPI	1086	3.00	2209500.00	3547336.62	-1337836.62		
ADUFOP	184	1.00	1681610.00	1182445.54	499164.46		
ADUFG	950	2.50	76118.00	2956113.85	-2879995.85		
ADUFPB-JP	1175	3.00	2120600.00	3547336.62	-1426736.62		
ADUNB	983	2.50	0.00	2956113.85	-2956113.85		
ADUR-RJ	554	2.00	2514650.00	2364891.08	149758.92		
ADUEPB	500	1.50	2497800.00	1773668.31	724131.69		
ADUFAC	265	1.50	4427800.00	1773668.31	2654131.69		
ADUFF	2002	3.00	2516650.00	3547336.62	-1030686.62		
ADUFES	908	2.50	1345250.00	2956113.85	-1610863.85		
SEDUFMS	525	2.00	2170020.00	2364891.08	-194871.08		
ADURN	1379	3.00	2298700.00	3547336.62	-1248636.62		
ADUFMS	741	2.00	2725600.00	2364891.08	360708.92		
APRUMA	696	2.00	3608500.00	2364891.08	1243608.92		
ADUFEPE	1341	3.00	3693000.00	3547336.62	145663.38		
ADUFPB-CG		759 2.00	2497800.00	2364891.08	132908.92		

(-) A PAGAR

(+) A RECEBER